



Tamboril
PREFEITURA



ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



Centro Administrativo Antônio Mota
Rua Germiniano Rodrigues de Farias S/N
Bairro São Pedro CNPJ 07.705.817/0001-04



www.tamboril.ce.gov.br



Tamboril
PREFEITURA



Estudo Técnico Preliminar

Processo administrativo Nº 0000320250710000320

Unidade responsável
Secretaria de Administração e Finanças
Prefeitura Municipal de Tamboril

Data
14/07/2025

Responsável
Comissão De Planejamento

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O Município de Tamboril, no estado do Ceará, enfrenta o desafio de elaborar a Proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício financeiro de 2026, em conformidade com a legislação vigente e as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional. A elaboração da LDO é um componente essencial do planejamento e gestão fiscal municipal, necessária para assegurar que as prioridades e metas estabelecidas sejam refletidas na Lei Orçamentária Anual (LOA). A atual capacidade administrativa do município encontra-se insuficiente para atender à crescente complexidade e aos requisitos técnicos exigidos para a elaboração deste documento, afetando a alocação eficiente dos recursos públicos e comprometendo o equilíbrio das contas públicas, conforme identificado no processo administrativo consolidado.

Sem a contratação de uma empresa especializada para a elaboração da proposta da LDO, o município corre o risco de não garantir a transparência e o controle social na gestão fiscal, o que poderia levar a interrupções na consecução de serviços essenciais e ao não cumprimento de metas fiscais e orçamentárias estabelecidas. Isso impactaria negativamente a comunidade local, afetando diretamente a qualidade e a continuidade dos serviços públicos essenciais, sendo, portanto, uma medida de interesse público assegurar a viabilidade desta contratação.

A contratação tem como objetivo primordial assegurar que a LDO 2026 seja elaborada de forma técnica, transparente e participativa. A proposta visa aprimorar a qualidade do gasto público e assegurar a responsabilidade na gestão fiscal, contribuindo para a modernização e eficiência dos processos administrativos da Secretaria da Administração e Finanças. Além disso, a contratação está alinhada aos objetivos



Tamboril
PREFEITURA



estratégicos do município de melhorar o desempenho institucional e a eficácia das ações governamentais, promovendo o desenvolvimento municipal de maneira sustentável e responsável.

Portanto, a contratação de empresa especializada para a elaboração da proposta da LDO é imprescindível para solucionar os desafios identificados no âmbito da administração municipal, com base na análise integrada do processo administrativo consolidado, e atende aos princípios de legalidade, eficiência e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021, artigos 5º, 6º, 11 e 18, § 2º.

2. ÁREA REQUISITANTE

Área requisitante
Sec. de Administração e Finanças

Responsável
STEPHANE LAÍS FERREIRA DE SOUSA

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação de uma empresa especializada para a elaboração da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do município de Tamboril-CE para o exercício financeiro de 2026 é essencial para garantir o adequado planejamento fiscal e financeiro do município, conforme exigido pela legislação vigente e as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional. A demanda foi identificada pela Secretaria da Administração e Finanças do município, com o objetivo de assegurar a alocação eficiente dos recursos públicos, promover o equilíbrio das contas públicas, garantir a transparência e o controle social na gestão fiscal e orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) em consonância com as prioridades estabelecidas no Plano Plurianual (PPA). A relevância da contratação está reforçada pela necessidade de aprimorar a qualidade do gasto público e a responsabilidade na gestão fiscal.

Os padrões mínimos de qualidade e desempenho necessários para a elaboração da proposta da LDO devem atender aos critérios técnicos estabelecidos pela legislação vigente, assegurando que a proposta seja desenvolvida de forma técnica, transparente e participativa. Estes padrões incluem prazos mínimos para entrega, capacidades específicas relacionadas à expertise na elaboração de propostas orçamentárias e padrões mensuráveis de qualidade que serão objetivamente verificados antes da entrega final. Justifica-se tecnicamente que tais critérios atendem às demandas apresentadas pela área requisitante e contribuem para o cumprimento dos princípios de eficiência, economicidade, planejamento e sustentabilidade previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

A utilização de um catálogo eletrônico de padronização não foi considerada adequada neste contexto, devido à especificidade da contratação e à ausência de itens no catálogo compatíveis com as exigências técnicas da elaboração da LDO para 2026. As condições operacionais requerem que a execução seja eficaz e que a entrega dos



Tamboril
PREFEITURA



serviços atenda às necessidades do município, evitando assim custos administrativos elevados. Amostras ou provas de conceito poderão ser solicitadas para validar a capacidade técnica antes da contratação. Não há indicação específica de marcas ou modelos durante o processo, evitando direcionamento e respeitando o princípio de competitividade, conforme orientações legais.

A contratação não se enquadra como aquisição de bens de luxo, visto que não envolve bens materiais, mas sim serviços especializados. Essa natureza da contratação é concordante com os princípios do art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 10.818/2021. Contudo, incorpora-se a preocupação com critérios de sustentabilidade, aplicando práticas como uso eficiente de recursos e minimização de resíduos conforme o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, integrando-os aos requisitos sempre que compatíveis com a natureza da demanda.

Os requisitos aqui definidos orientam o levantamento de mercado, focando na capacidade dos fornecedores de atenderem a critérios mínimos técnicos e condições operacionais, assegurando conformidade com a legislação e irrestrita adequação às necessidades. Qualquer flexibilização nos requisitos será devidamente justificada, assegurando a competitividade sem comprometer a qualidade e a finalidade da contratação. Em suma, os requisitos são fundamentados na necessidade identificada no Documento de Formalização da Demanda, baseiam-se na Lei nº 14.133/2021 e servirão como referencial técnico para a escolha de uma solução vantajosa, conforme previsto no art. 18.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado, conforme o art. 18, §1º, inciso V da Lei nº 14.133/2021, é um componente essencial para o planejamento da contratação do serviço de elaboração da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Município de Tamboril-CE, para o exercício financeiro de 2026. Este levantamento visa prevenir práticas antieconômicas e embasar uma solução contratual que esteja alinhada aos princípios de legalidade, economicidade e eficiência previstos nos arts. 5º e 11.

A natureza do objeto da contratação é a prestação de um serviço especializado, conforme descrito nas seções "Descrição da Necessidade da Contratação" e "Descrição dos Requisitos da Contratação". Este serviço envolve a elaboração técnica e normativa de uma proposta da LDO, em conformidade com as diretrizes da Secretaria do Tesouro Nacional.

A pesquisa de mercado foi realizada em três etapas principais. Primeiramente, foram realizadas consultas a pelo menos três fornecedores de serviços similares, resultando em uma faixa de preços competitiva e prazos de entrega variáveis, respeitando sempre o sigilo das empresas. Em segundo lugar, foram analisadas contratações similares realizadas por outros órgãos municipais, observando-se modelos de contratação e valores praticados. Por último, informações adicionais foram obtidas de fontes confiáveis como o Painel de Preços e Comprasnet, identificando-se inovações relevantes, como o uso de metodologias de elaboração participativa e digitalização de



Tamboril
PREFEITURA



processos.

Durante a análise comparativa das alternativas identificadas, foram considerados critérios técnicos, econômicos, operacionais, jurídicos e de sustentabilidade. As alternativas exploradas incluíram a contratação direta de empresas especializadas na elaboração da LDO, a possibilidade de adesão a modelos de contratação colaborativa e a execução direta com suporte interno especializado. Cada alternativa foi avaliada em termos de viabilidade técnica, custos associados, facilidade de implementação e alinhamento aos resultados esperados.

A alternativa mais vantajosa determinada pela pesquisa foi a contratação direta de uma empresa especializada, justificada pela eficiência na gestão do processo orçamentário e a economicidade proporcionada pelo foco técnico especializado. Essa opção também se alinha melhor aos resultados pretendidos, garantindo inovação no processo de elaboração da LDO, cumprimento rigoroso das normas da STN e maior disponibilidade de recursos humanos para outras atividades administrativas.

Em conclusão, recomenda-se a contratação direta de uma empresa especializada para a elaboração da LDO, fundamentada na análise detalhada do levantamento de mercado. Este método assegura competitividade, transparência e está em consonância com os objetivos delineados nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, garantindo que a proposta atenda plenamente aos interesses do Município de Tamboril-CE.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta envolve a contratação de uma empresa especializada na elaboração da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o município de Tamboril-CE, referente ao exercício financeiro de 2026. Considerando a complexidade e a natureza especializada do serviço, a elaboração da LDO deverá seguir rigorosamente a legislação vigente e as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional, sendo fundamental para o planejamento fiscal e a gestão eficiente dos recursos públicos municipais.

O escopo da contratação incluirá a análise detalhada das diretrizes orçamentárias, a identificação e proposição de metas fiscais compatíveis com as prioridades do município, além da elaboração de relatórios e documentos de suporte que assegurem a transparência e a integridade do processo. A empresa contratada deverá garantir, ainda, o fornecimento de suporte técnico e assistência na fase de apresentação e discussão da proposta com os principais stakeholders, incluindo a realização de workshops e treinamentos para capacitar a equipe da administração municipal envolvida no processo.

A solução é sustentada por um levantamento de mercado que confirma a existência de empresas com experiência e competência técnica para cumprir os requisitos do contrato. Essa abordagem busca assegurar que a proposta da LDO seja elaborada não apenas de forma responsável e transparente, mas também com economicidade e



Tamboril
PREFEITURA



alinhamento estratégico às diretrizes estabelecidas pelo governo federal, conforme os princípios de eficiência e interesse público da Lei nº 14.133/2021. A escolha dessa solução está fundamentada no interesse público em maximizar a qualidade do gasto e na necessidade de planejamento orçamentário eficaz, confirmando-se como a alternativa mais adequada tecnicamente e economicamente viável.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO, DO MUNICÍPIO DE TAMBORIL-CE	1,000	Serviço

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO, DO MUNICÍPIO DE TAMBORIL-CE	1,000	Serviço	17.266,67	17.266,67

Deste modo, como tendo como parâmetro as pesquisas de preços realizadas, tem-se que o valor médio estimado, conforme dados demonstrados acima, totalizam a monta de R\$ 17.266,67 (dezesete mil, duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos)

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A análise inicial do processo de parcelamento do objeto de contratação, conforme previsto no art. 40, V, b da Lei nº 14.133/2021, busca verificar a possibilidade de ampliação da competitividade, conforme o art. 11. Essa análise é obrigatória no Estudo Técnico Preliminar (ETP), de acordo com o art. 18, §2º. A viabilidade do parcelamento por itens, lotes ou etapas deve ser examinada tendo em consideração a 'Seção 4 - Solução como um Todo' e os critérios de eficiência e economicidade estabelecidos no art. 5º.

A possibilidade de parcelamento está diretamente relacionada à natureza do objeto contratual. Há indicação de que o processo administrativo pode conduzir a aquisição por itens ou lotes, buscando especialização do mercado fornecedor. Essa abordagem permite maior competitividade, dada a possibilidade de requisitos de habilitação proporcionais às exigências de cada parcela. Além disso, é possível que a fragmentação contribua para aproveitar fornecedores locais e gere ganhos logísticos, baseando-se em pesquisas de mercado e demandas setoriais revisadas tecnicamente.



Tamboril
PREFEITURA



Apesar da viabilidade do parcelamento, a execução integral pode oferecer vantagens adicionais conforme o art. 40, §3º. Essa abordagem pode garantir economia de escala e gestão contratual eficiente, mantendo a uniformidade de um sistema único e integrado ou atendendo à padronização e exclusividade de fornecimento. A consolidação pode minimizar riscos técnicos e de responsabilização, algo especialmente importante em obras e serviços, sendo essa uma alternativa a se priorizar após uma avaliação comparativa cuidadosa, conforme os princípios do art. 5º.

As decisões sobre gestão e fiscalização são fundamentais. A execução consolidada simplifica o gerenciamento e preserva a responsabilidade técnica, enquanto o parcelamento pode melhorar o acompanhamento descentralizado das entregas, mas também elevaria a complexidade administrativa. Deve-se considerar a capacidade institucional, alinhando-se aos princípios de eficiência do art. 5º para garantir a melhor abordagem possível.

Após análise detalhada, recomenda-se a preferência pela execução integral da contratação. Essa decisão está alinhada aos 'Seção 10 - Resultados Pretendidos', assegurando economicidade e competitividade conforme os princípios dos arts. 5º e 11. Além disso, respeita integralmente os critérios dispostos no art. 40 da Lei nº 14.133/2021.

9. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

O alinhamento da presente contratação ao Plano de Contratações Anual (PCA), conforme disposto no art. 12 da Lei nº 14.133/2021, e a outros instrumentos de planejamento público é fundamental para antecipar demandas e otimizar o orçamento da Prefeitura Municipal de Tamboril-CE, assegurando coerência, eficiência e economicidade, conforme estabelecido nos arts. 5º e 11. A contratação busca atender à necessidade de elaboração da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Município de Tamboril-CE para o exercício financeiro de 2026, conforme especificado na 'Descrição da Necessidade da Contratação'.

No entanto, observa-se que não foi identificado um Plano de Contratação Anual para este processo administrativo. Esta ausência é justificada por demandas imprevistas, emergenciais e pela fundamentação legal de dispensa conforme art. 75 da referida lei. A correção deste desalinhamento será abordada com a inclusão da necessidade na próxima revisão do PCA, associando gestão de riscos para evitar futuras falhas de planejamento.

Apesar da ausência no PCA, a contratação reforça sua contribuição para resultados vantajosos e maior competitividade, conforme art. 11, ao mesmo tempo em que promove a transparência no planejamento e adequação aos resultados pretendidos. Assim, está alinhada aos princípios de eficiência e economicidade, fundamentais ao interesse público.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS



Tamboril
PREFEITURA



A contratação da empresa especializada para a elaboração da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Município de Tamboril-CE para o exercício de 2026 espera gerar benefícios diretos significativos para a administração municipal. De acordo com o art. 18, §1º, inciso IX da Lei nº 14.133/2021, pretende-se a maximização da economicidade e o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, a fim de atender à necessidade pública identificada e pautada na 'Descrição da Necessidade da Contratação'. Assim, essa contratação não apenas justifica o dispêndio público, mas também promove a eficiência na gestão fiscal do município, alinhando-se aos princípios de planejamento e economicidade previstos no art. 5º.

Os principais resultados esperados incluem a redução de custos operacionais e o aumento da eficiência administrativa. Estes resultados estão conectados à 'Solução como um Todo', compreendendo um processo de desenvolvimento sistemático e abrangente da LDO, que resultará na orientação da Lei Orçamentária Anual (LOA) em consonância com as prioridades e metas estabelecidas no Plano Plurianual (PPA). Ressalta-se como otimizam-se os recursos humanos por meio da capacitação direcionada dos envolvidos, os recursos materiais através da minimização do desperdício, e os recursos financeiros pela redução de custos unitários via ganhos de escala, fundamentando-se na pesquisa de mercado e no princípio da competitividade (art. 11).

Para contratações que envolvem serviços contínuos, a implementação de um Instrumento de Medição de Resultados (IMR) ou outro mecanismo equivalente será utilizada. Esses mecanismos auxiliarão no monitoramento dos resultados mediante indicadores quantificáveis, como o percentual de economia e a redução de horas de trabalho. Dessa forma, haverá comprovação dos ganhos estimados, que também irão embasar o relatório final da contratação, sempre que aplicável.

A adoção dessas práticas visa assegurar que a LDO 2026 seja desenvolvida de maneira técnica, transparente e participativa, resultando na melhoria da qualidade do gasto público e na responsabilidade fiscal do município. Caso a natureza exploratória do projeto impeça estimativas precisas inicialmente, incluir-se-á uma justificativa técnica fundamentada que reafirma o compromisso com a eficiência e o alinhamento com os objetivos institucionais, conforme determina o art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

As providências internas antes da celebração do contrato, conforme art. 18, §1º, inciso X, serão essenciais ao ciclo de planejamento e governança da contratação, assegurando sua execução eficiente e a consecução dos objetivos de 'Resultados Pretendidos', mitigando riscos e promovendo o interesse público, conforme descrito no art. 5º da Lei nº 14.133/2021. Com base na 'Descrição da Necessidade da Contratação', essas medidas integrarão o planejamento e articularão com a definição da solução e o modelo de execução contratual. Os ajustes físicos, tecnológicos ou organizacionais necessários ao ambiente onde o objeto será executado, como a instalação de infraestrutura ou adequação de espaço físico, serão descritos, justificando sua relevância para viabilizar



Tamboril
PREFEITURA



os benefícios esperados. Essas providências serão organizadas em um cronograma detalhado, especificando ações, responsáveis e prazos, a ser anexado ao ETP, seguindo a ABNT (NBR 14724:2011), destacando que a ausência desses ajustes poderá comprometer a execução, como riscos à segurança operacional ou instalação de equipamentos.

Ademais, a capacitação dos agentes públicos para gestão e fiscalização do contrato, conforme art. 116 da mesma lei, será abordada, justificando tecnicamente como o treinamento, no uso de ferramentas e boas práticas, assegurará os resultados previstos, como preconizado no art. 11. Essa capacitação será segmentada por perfis como gestor, fiscais e técnicos, conforme a complexidade da execução, subentendendo a metodologia e, se aplicável, utilizando listas ou cronogramas conforme ABNT (NBR 14724:2011). Essas providências integrarão o Mapa de Riscos como estratégias preventivas de mitigação, articulando-se com a unidade de gestão de riscos ou controle interno, quando houver, para evitar comprometer prazos, qualidade ou conformidade legal, garantindo os benefícios projetados. As ações preparatórias serão indispensáveis para viabilizar a contratação e assegurar os resultados esperados, otimizando recursos públicos e promovendo governança eficiente, alinhadas aos 'Resultados Pretendidos'. Se não houver providências específicas, a ausência será fundamentada tecnicamente no texto, por exemplo, considerando o objeto simples que dispensa ajustes prévios.

12. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

A análise sobre a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) ou a contratação tradicional para a elaboração da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Município de Tamboril-CE, para o exercício financeiro de 2026, pautou-se em critérios técnicos, econômicos, operacionais e jurídicos, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021. A descrição da necessidade da contratação destaca a importância de assegurar uma elaboração técnica e transparente da LDO, demandando uma abordagem única e especializada. Portanto, a natureza pontual e definida do objeto favorece a contratação tradicional, que melhor se alinha à necessidade de eficiência e segurança jurídica imediata (arts. 5º e 11).

Do ponto de vista econômico, a contratação tradicional se apresenta como a opção mais vantajosa, uma vez que a demanda é fixa e específica, não se enquadrando nas características de padronização e repetitividade que justificariam a adoção do SRP. O levantamento de mercado indica que a contratação direta ou via licitação específica pode otimizar custos para o município, evitando sobrecarga administrativa e custos associados a negociações em bloco intrínsecos ao SRP. Esta abordagem específica e pontual é coerente com os resultados pretendidos de eficientemente alocar recursos e garantir o controle social na gestão fiscal.

Além disso, o SRP não se mostra como uma solução planejada para contratações futuras neste contexto, já que a elaboração da LDO constitui uma atividade única, sem previsibilidade de repetição frequente ou demanda contínua de serviços correlatos. A inexistência de um Plano de Contratações Anual reforça a natureza pontual da



Tamboril
PREFEITURA



demanda, indicando que não há necessidade de preparativos extensivos para futuras aquisições sob o registro de preços.

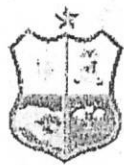
Portanto, considerando a descrição do objeto e a solução como um todo, a contratação tradicional é a escolha mais adequada para otimizar recursos, assegurar eficiência e competitividade, além de atender ao interesse público consoante a direção dos resultados pretendidos. Esta modalidade de contratação, prevista nos arts. 5º, 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021, proporciona a segurança jurídica necessária para a execução de um serviço especializado e crítico como a elaboração da LDO, maximizando a eficácia da gestão fiscal do município.

13. DA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS NA FORMA DE CONSÓRCIO

A participação de consórcios na contratação para a elaboração da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Município de Tamboril-CE necessita ser avaliada dentro do escopo legal que o art. 15 da Lei nº 14.133/2021 proporciona. Dada a descrição da necessidade da contratação, onde a complexidade técnica do objeto não se adensa a ponto de requerer o somatório de capacidades múltiplas, a participação consorciada surge como incompatível. O objeto em pauta, centrado na elaboração de um documento previsível da gestão pública, orientado pelas diretrizes nacionais, não demanda a diversificação de especialidades que justificaria a associação empresarial — a eficiência e segurança jurídica são melhor asseguradas pela estabilidade de um fornecedor único, tal como delineado no art. 5º.

Com base no levantamento de mercado realizado, o fornecimento contínuo de um serviço administrativo, como a elaboração da LDO, não se beneficia da potencial capacidade financeira aumentada de consórcios, tampouco da complexidade adicional introduzida na gestão e fiscalização dessa modalidade, cumprindo os princípios de economicidade e eficiência destacados no art. 5º. A sobriedade de executar o contrato através de um único prestador não só simplifica os trâmites administrativos, mas também se alinha intimamente com a estruturação econômica mais direta e transparente da contratação, sem o acréscimo previsto na habilitação econômico-financeira, mencionado também no art. 15.

Ainda que a legislação faculte flexibilidade para consórcios mediante compromisso de constituição e indicação de liderança, a vedação neste caso particular se consolida como mais adequada ao garantir a vedação de participações múltiplas e isonômicas, previsto no art. 15, reafirmando a segurança jurídica e uma execução mais fluida e direta. Portanto, a exclusão de consórcios, sob o prisma dos resultados pretendidos que envolvem clareza, responsabilidade e objetividade da gestão fiscal municipal, fundamenta a decisão técnica de vedação como o melhor enquadramento jurídico e administrativo, alinhado ao planejamento pretendido e às condições estipuladas pelo art. 18, §1º, inciso I.



Tamboril
PREFEITURA



14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A análise de contratações correlatas e interdependentes é fundamental para garantir a eficiência no planejamento e execução do processo licitatório, como preconizado pelo art. 5º da Lei nº 14.133/2021. Considerando contratações com objetos semelhantes ou complementares, a Administração pode otimizar recursos, reduzir custos e evitar sobreposições ou problemas de execução. A integração dessas contratações permite uma gestão mais efetiva e econômica, mantendo o alinhamento com o princípio de economicidade e planejamento, além de fomentar a padronização e possíveis economias de escala, conforme o art. 40, inciso V, da referida lei.

Ao examinar contratações passadas, em andamento ou planejadas, foi verificado que não há registros de contratações similares ou correlatas que afetem diretamente a presente necessidade de elaboração da Proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o Município de Tamboril-CE. As especificações técnicas, prazos e requisitos delineados na seção 'Descrição dos Requisitos da Contratação' estão desenhados de maneira independente e não apresentam interdependência com serviços de suporte ou infraestruturas adicionais. Adicionalmente, não foram identificadas necessidades de substituição ou ajuste de contratos atuais devido à inexistência de contratos vigentes para atividades similares que necessitem de transição organizada.

Em conclusão, a análise não identificou contratações correlatas ou interdependentes que impactem a solução proposta, não demandando ajustes nos quantitativos, especificações técnicas ou no modelo de contratação. As providências a serem adotadas serão pautadas unicamente no planejamento da contratação aqui descrita, não havendo necessidade de ações adicionais para integração com outras contratações da Administração. Essa constatação é alinhada ao estabelecido no §2º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, suportando uma contratação planejada e focada na necessidade exclusiva da elaboração da LDO para o exercício financeiro de 2026.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

O processo de contratação para a elaboração da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Município de Tamboril-CE deve considerar os potenciais impactos ambientais ao longo de seu ciclo de vida, em conformidade com o art. 18, §1º, inciso XII da Lei nº 14.133/2021. Ao considerar esses impactos, atenta-se para questões relacionadas à geração de resíduos e ao consumo de energia associados à execução do serviço. Baseando-se na 'Descrição da Necessidade da Contratação', é importante priorizar soluções que minimizem a pegada ambiental, antecipando a inclusão de práticas sustentáveis, como estipulado pelo art. 5º da mesma lei.

A partir do levantamento de mercado e da demonstração de vantajosidade, deve-se avaliar tecnicamente a emissão de gases, uso intensivo de recursos e outros fatores



Tamboril
PREFEITURA



ambientais que possam impactar o projeto. Isso inclui uma análise detalhada do ciclo de vida das soluções adotadas, em alinhamento com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, promovendo efetivamente o planejamento sustentável conforme indicado no art. 12. Propostas específicas de reduzido impacto ambiental, como a utilização de tecnologias energeticamente eficientes com selo Procel A, sistemas de compensação de carbono e logística reversa para materiais utilizados, serão equilibradas entre sustentabilidade e viabilidade econômica, social e ambiental.

É essencial que medidas como a utilização de insumos biodegradáveis e a implementação de práticas de manutenção sustentável estejam incluídas no termo de referência, conforme o art. 6º, inciso XXIII. Tais medidas são vitais para garantir a competitividade do processo licitatório e a seleção da proposta mais vantajosa (art. 11), garantindo ainda que a administração possua capacidade técnica e organizacional para implantar essas práticas ou providenciar o devido licenciamento ambiental, em conformidade com o art. 18, §1º, inciso XII, evitando quaisquer obstáculos injustificados ao processo.

As medidas mitigadoras identificadas são essenciais para reduzir os impactos ambientais, otimizar o uso de recursos e cumprir com os resultados pretendidos, refletindo uma administração comprometida com a eficiência e a sustentabilidade, como defendido pelo art. 5º. Quando não identificados impactos significativos, a ausência será tecnicamente justificada, promovendo um compromisso contínuo com práticas sustentáveis e com o uso responsável dos recursos públicos.

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação de uma empresa especializada para a elaboração da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Município de Tamboril-CE para o exercício financeiro de 2026 é considerada viável e vantajosa. Fundamenta-se na análise abrangente dos aspectos técnicos, econômicos e operacionais abordados nas seções anteriores do Estudo Técnico Preliminar (ETP). A necessidade da contratação está claramente caracterizada pela exigência de garantir que o processo de planejamento e gestão fiscal do município seja conduzido em conformidade com a legislação vigente e as diretrizes da Secretaria do Tesouro Nacional, assegurando, assim, eficiência na alocação de recursos públicos e transparência na gestão pública.

A viabilidade técnica é respaldada pela experiência e capacidade do mercado em oferecer soluções compatíveis com as exigências legais e fiscais, enquanto a viabilidade econômica é embasada pela estimativa de valor compatível com as práticas de mercado, garantida por uma ampla pesquisa. A escolha por não adotar o Sistema de Registro de Preços (SRP) reflete decisões ponderadas sobre as especificidades locais, priorizando a resolução direta com análise focada na economicidade e eficiência, conforme os princípios do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Além disso, a proposta reforça a necessidade de um planejamento que considere todos os aspectos do art. 40 da referida Lei, com um alinhamento claro e estratégico



Tamboril
PREFEITURA



aos objetivos governamentais e fiscais do município. A análise dos riscos potenciais e a inclusão de medidas mitigatórias destacam o comprometimento com a segurança e a legalidade do processo licitatório, conforme o art. 11 da mesma Lei.

Portanto, recomenda-se a realização da contratação, uma vez que ela é considerada indispensável e estrategicamente alinhada às metas municipais, atendendo com eficácia ao interesse público. Esta conclusão será incorporada ao processo de contratação, servindo como base para a decisão da autoridade competente. Em conclusão, a fundamentação aqui apresentada reflete a coesão e a solidez do planejamento conforme previsto pelo art. 18, §1º, inciso XIII e art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021.

Tamboril / CE, 14 de julho de 2025

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Francisco Marques Moura
Francisco Marques Moura
PRESIDENTE

Amanda Luiza da Silva Medeiros
AMANDA LUIZA DA SILVA MEDEIROS
MEMBRO

X